



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 205/2013

Obriga os fornecedores de bens e prestadores de serviços localizados no Estado do Paraná a fixarem data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Art. 1º ficam os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado do Paraná, obrigados a fixar data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Parágrafo único. A fixação da data e hora para entrega do produto ou realização do serviço ocorrerá no ato de sua contratação.

Art. 2º Os fornecedores de bens ou serviços poderão estipular, no ato da contratação o cumprimento das suas obrigações nos turnos da manhã, tarde ou noite.

§ 1º Os turnos referidos no *caput* deste artigo serão assim divididos:

I – das 7h às 12h o turno da manhã;

II – das 12h às 18h o turno da tarde;

III – das 18h às 23h o turno da noite.

§ 2º Os fornecedores deverão informar, prévia e adequadamente, as datas e os respectivos períodos disponíveis para a entrega de produtos ou prestação de serviços, sendo assegurado ao consumidor o direito de escolher entre as opções oferecidas.

§ 3º Mediante convenção especial entre as partes, em separado e de forma destacada, será possível a contratação da efetivação da entrega de qualquer mercadoria ou serviço no período após as 23h até as 7h.

Art. 3º No ato da finalização da contratação de fornecimento de bens ou da realização de serviços, o fornecedor entregará ao consumidor, por escrito, documento com as seguintes informações:

I – identificação do estabelecimento comercial, na qual conste a razão social, o nome fantasia, o número de inscrição do CNPJ, o endereço e o número do telefone para contato;

II – descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;

III – data e período em que o produto deverá ser entregue ou prestado o serviço;

IV – endereço onde deverá ser entregue o produto ou realizado o serviço.

Parágrafo único. No caso do comércio a distância ou não presencial, o documento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser enviado ao consumidor, previamente à efetiva entrega do produto ou realização do serviço, por meio de mensagem eletrônica, fax, correio ou outro meio indicado.

Art. 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará nas sanções previstas no art. 56 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

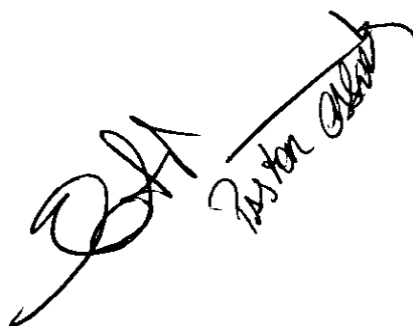
Art. 5º Esta Lei entra em vigor após noventa dias de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Vice-Líder


Relator
Prof. Lemos


Assessor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 352/2013

Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por criança ou adolescente.

Art. 1º Os hospitais, os postos de saúde e as clínicas que integram as redes pública e privada de saúde do Estado ficam obrigados a comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar e aos pais ou responsáveis legais o atendimento, em suas dependências, de crianças ou adolescentes recebidos em estado de embriaguez ou consumo de drogas.

Art. 2º Ao Conselho Tutelar caberá tomar providência cabível a cada caso, nos termos previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 3º Em caso de descumprimento, sem justificativa, desta norma, o estabelecimento de saúde responsável pelo atendimento à criança ou adolescente incorrerá nas seguintes penalidades:

I – advertência;

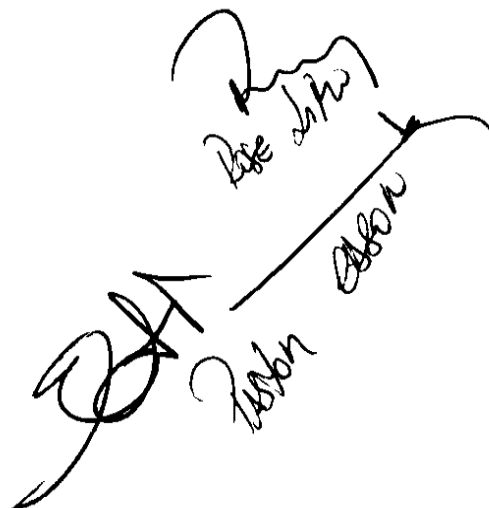
II – pagamento de multa no valor de 50 UPF-PR (cinquenta Unidades Padrão Fiscal do Paraná) e, em caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro, sendo prioritariamente destinado às clínicas de recuperação de dependentes químicos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
Prof. Curi


Relator
Prof. Curi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 539/2013

Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do
Paraná ao Senhor Euclides
Bogoni.


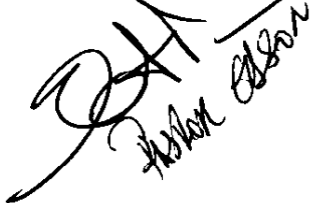
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Euclides Bogoni.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Roberto Lima

Roberto Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 613/2013

Cria seis cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, seis cargos de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau e seis cargos de Assistente II de Juiz de Direito, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 1º Ficam criados seis cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Ficam criados seis cargos de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, de provimento em comissão, simbologia 1-C e seis cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei nº 14.277, de 2003.

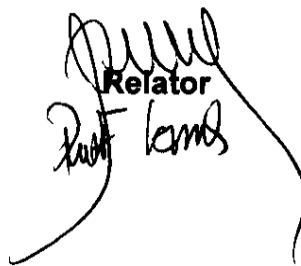
Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator
Rafael Lima



Relator
Rafael Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 660/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Florestópolis, do imóvel denominado Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado para construção de casas populares.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.



Art. 3º O Município terá o prazo máximo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



Roberto Carlos



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

22/13

Súmula: Regulamenta o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Poderá, mediante lei específica, ser instituída ou autorizada a instituição de fundação sem fins lucrativos, integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, neste último caso, para o desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva de Estado, nas seguintes áreas:

- I - saúde;
- II - assistência social;
- III - cultura;
- IV - turismo;
- V - desporto;
- VI - ciência e tecnologia;
- VII - comunicação social.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 05 de dezembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 184 /2013

Curitiba, em 05 de dezembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 05/12/13

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva regulamentar o inciso XVIII, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público.

O referido dispositivo tem a seguinte redação:

"Art. 27. ...

...
XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; "

A presente medida visa tão somente definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público, que serão nas seguintes áreas: de saúde; de assistência social; de cultura; de turismo; de desporto; de ciência e tecnologia; e de comunicação social.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.12.163.852-5



Projeto de Lei nº 349/13

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 07 AGO. 2013

1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de pulseiras de identificação em todos os eventos públicos realizados em locais abertos e que venham a concentrar, ainda que potencialmente, mais de cento e cinquenta pessoas.

Parágrafo único - As pulseiras de que trata o "caput" serão fornecidas a crianças e jovens abaixo de doze anos, mediante simples solicitação e retirada pelos pais ou responsáveis, ao responsável pela realização do evento.

Art. 2º - A pulseira de identificação deverá ser dotada de sistema que impeça sua reutilização, ser inviolável e não transferível, resistente à água, não tóxica e hipoalergênica, com sistema de fechamento seguro.

Art. 3º - A pulseira deverá conter as informações essenciais para a identificação dos menores.

Parágrafo único - As informações essenciais para a identificação dos menores e os procedimentos para a sua realização serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 180 dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2013.

WILSON QUINTEIRO

Deputado Estadual - PSB



JUSTIFICATIVA

A aprovação deste projeto é de extrema importância, pois evitará a perda de crianças e jovens de seus pais em eventos públicos com grande concentração de pessoas em locais abertos, fato esse infelizmente recorrente, que, com simples medidas, pode ser mitigado, como por meio da adoção de pulseiras de identificação das crianças.

Um dos maiores medos da maioria dos pais ao levar crianças para esse tipo de eventos públicos com grande concentração de pessoas em locais abertos é a facilidade com que as crianças podem se distrair brincando e se perderem entre tantas pessoas.

O projeto de lei proposto é que a identificação fique mais fácil, pois na pulseira deverão constar minimamente os seguintes dados: código de barra, nome da criança, dos pais ou responsáveis que estarão presentes no local do evento, endereço completo, telefones de contato, bem como informações relevantes sobre a saúde de criança.

O objetivo primordial é aumentar a segurança dos pais em relação a esse tipo de evento, além de prover os profissionais da segurança de facilidade maior de identificar os parentes dessas crianças.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente assim assevera:

"Art. 7º - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

Diante ao exposto, com vistas a conferir o resguardo e a efetividade dos direitos acima tutelados, confio no apoio dos meus pares a esse projeto de lei de relevante interesse público.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2013

Projeto de Lei nº 349/2013

Autor: Deputado Wilson Quinteiro

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

EMENTA: IDENTIFICAÇÃO DE MENOR. EVENTO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE DE FISCALIZAÇÃO SUPLEMENTAR AOS ESTADOS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ESTADUAL. INTERESSE ESTADUAL. ART. 24, INCISO XV DA CF. LEI FEDERAL Nº 8.069/90. APLICABILIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

RESUMO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, tem por objetivo obrigar a identificação de menores de doze anos por meio de pulseiras em todos os eventos públicos que ocorrerão no Estado do Paraná.

As pulseiras deverão ser utilizadas por crianças com menos de 12 anos de idade e serão fornecidas mediante simples solicitação dos pais ou responsáveis. Ademais, o projeto fixa as características materiais que a pulseira de identificação deve ter, ressaltando que deverá ser empregada, em sua confecção, tecnologia que impeça reutilização, ser inviolável e não transferível, resistente à água, não tóxica e hipoalergênica, com sistema de fechamento seguro.

A proposição determina ainda que a pulseira deverá conter as informações essenciais para a identificação das crianças, sendo que o objetivo é ajudar a



prevenir ou solucionar eventuais desaparecimentos que possam ocorrer nesses eventos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 "A", I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 24, XV, competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para a edição de normas sobre a proteção à infância e à juventude.

***“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XV - proteção à infância e à juventude;”***

Editada a Lei Federal nº 8.069, de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe aos Estados complementar essa lei, no que for cabível. E a proteção de crianças de até 12 anos de idade mediante a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado enquadra-se nessa competência legislativa complementar.



Importante ressaltar que as informações pessoais de crianças que constem de pulseiras oferecidas pelo poder público estadual podem prevenir ou, no mínimo, auxiliar o seu encontro em caso de eventual desaparecimento.

Por outro lado, é de salientar que a análise desta Comissão deve se restringir aos aspectos jurídico-constitucionais; especialmente porque a proposição passará pelo crivo do mérito em plenário, podendo vir a sofrer alterações no que for cabível para aperfeiçoar o projeto em questão.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


~~DEP. NELSON JUSTUS~~
Pedro Lisson
Presidentes


DEP. PR. EDSON PRACZYK
Relator


Dep. Turiani


Dep. Tenu


Dep. Traciano


Dep. Tadeu

APROVADO

29/10/13



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2013

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei nº 349/2013, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

A matéria já recebeu a análise da constitucionalidade e legalidade por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo evitar a perda de crianças e jovens de seus pais em eventos públicos com grande concentração de pessoas.

A criança e o adolescente gozam de direitos fundamentais, previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, elaborada na Assembléia Geral das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil, por meio do Decreto Federal nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990.

O artigo 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança dispõe que:

“Artigo 3

1. Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.
2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.
3. Os Estados Partes se certificarão de que as instituições, os serviços e os estabelecimentos encarregados do cuidado ou da proteção das crianças cumpram com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seu pessoal e à existência de supervisão adequada.”

O parágrafo 1º do artigo 9º da Convenção sobre os Direitos da Criança dispõe que:

“Artigo 9

1. Os Estados Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos, por exemplo, nos casos em que a criança sofre maus tratos ou descuido por parte de seus pais ou quando estes vivem separados e uma decisão deve ser tomada a respeito do local da residência da criança.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Já o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, detém dentre as suas premissas, a prevenção contra a ocorrência de ameaças ou violações dos direitos da criança e do adolescente.

“Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.”

É direito da criança e do adolescente participar de eventos públicos de grande circulação, preferencialmente acompanhadas de seus pais ou familiares. Contudo, há risco real de que esta possa vir a se perder no meio da multidão, estando lançada a sorte.


O projeto de Lei em apreço vai de encontro aos anseios da sociedade, pois como é de notório conhecimento público, um dos dramas vividos pelos diversos Estados da Federação é o desaparecimento de crianças e adolescentes.

Evitar que mais crianças desapareçam é um dever da sociedade, razão pela qual o presente Projeto de Lei vai de encontro a este anseio.


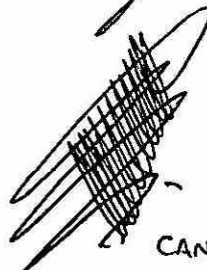
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei em apreço.

Sala das Comissões, em 11 de Novembro de 2013


DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE


DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR


WILSON QUINTEIRO

CANTORA MAZA LIMA



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2013

Dispõe Sobre a Obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei nº 349/2013, de autoria do deputado Wilson Quinteiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de pulseiras de identificação em crianças até doze anos em eventos públicos realizados em locais abertos no Estado do Paraná.

Em observação ao art. 33-H do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública, encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta visa evitar a perda de crianças de seus pais em eventos públicos com grande concentração de pessoas.

As crianças e os adolescentes gozam de direitos e garantias fundamentais que estão previstos na Constituição da República federativa do Brasil de 1988.

O artigo 227 da Constituição Federal dispõe que:

“Artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Nota-se que ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, detém dentre outras premissas, a prevenção contra a ocorrência de ameaças ou violações dos direitos da criança e do adolescente.

“Art. 5º

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais,”

Toda criança ou adolescente tem o direito de participar de eventos públicos em locais de grande circulação, preferencialmente acompanhadas de seus pais ou responsável. Observa-se contudo, o risco eminente que esta possa vir a se perder em meio a multidão.

A sociedade, de um modo geral, tem como dever evitar que mais crianças desapareçam, razão pela qual o presente Projeto de Lei vai de encontro a este anseio.

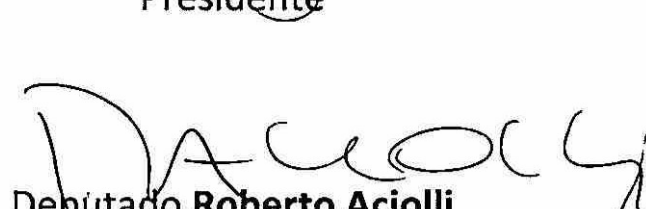
CONCLUSÃO

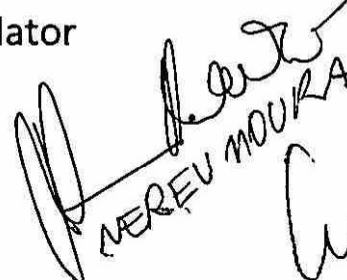
Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta casa.

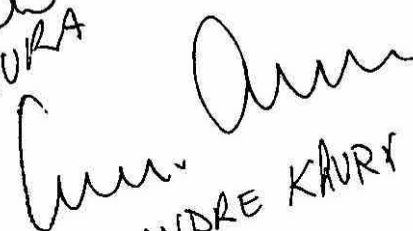
Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORÁVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013


Deputado **Mauro Moraes**
Presidente


Deputado **Roberto Aciolli**
Relator


NEREU MOURA


ALEXANDRE KURY


CAIRO



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 690/13

SÚMULA: Altera o Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu, conforme especifica.

Art. 1º. Fica alterado o Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º. Está lei entra em vigor na data de sua publicação.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

Trata-se de anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração do Anexo IV da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Com isso, busca-se corrigir a incongruência que consta do Anexo IV do Código de Organização e Divisão Judiciárias, no qual se inseriu o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo e o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo.

Tais disposições não constam dos anexos ou do texto do anteprojeto aprovado pelo Tribunal de Justiça que originou a Lei Estadual nº 14.277/2003 (CODJ), e também não encontram correspondente normativo no texto sancionado da referida lei.

Importante destacar que os referidos Tabelionatos nunca foram instalados.

Por fim, corrige-se o anexo IV no que tange ao Foro Extrajudicial de Foz do Iguaçu, pois embora o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos daquela Comarca tenha sido extinto pela Lei Estadual nº 17.473, de 02 de janeiro de 2013, pela revogação do artigo 295 do Código de Organização e Divisão Judiciárias, com aprovação do colendo Órgão Especial em Sessão Ordinária do dia 25 de março de 2013, ele permanece inserido no rol de serviços extrajudiciais da referida Comarca.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 25 de novembro de 2013.

Em razão da aludida alteração não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a respectiva declaração.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

...
ARAUCÁRIA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
FORO JUDICIAL
...
FORO EXTRAJUDICIAL
1º Tabelionato de notas
2º Tabelionato de notas
Tabelionato de Protesto de Títulos
1º Serviço de registro de imóveis
2º Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
...
CAMPO LARGO - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
FORO JUDICIAL
...
FORO EXTRAJUDICIAL
1º Tabelionato de notas
Tabelionato de Protesto de Títulos
1º Serviço de registro de imóveis
2º Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
SERVIÇO DISTRITAL
...
COLOMBO - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
FORO JUDICIAL
...
FORO EXTRAJUDICIAL
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
Tabelionato de Protesto de Títulos
Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
SERVIÇO DISTRITAL
...
FOZ DO IGUAÇU - Comarca de Entrância Final
FORO JUDICIAL
...
FORO EXTRAJUDICIAL
1º Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
2º Tabelionato de notas
1º Serviço de registro de imóveis
2º Serviço de registro de imóveis
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
SERVIÇO DISTRITAL
...



Lei nº 17.473

Data 02 de janeiro de 2013

Súmula: Cria a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei nº 14.277/03.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara de Inquéritos Policiais no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o art. 254 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea "j", com a seguinte redação:

"Art. 254. Fica criado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

a) ...

(...)

j) a 2ª Vara de Inquéritos Policiais."

Art. 3º Fica revogado o art. 295 da Lei nº 14.277/03.

Art. 4º Fica criado um cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 5º Ficam criados um cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara de Inquéritos Policiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, nos termos da Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2 da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei nº 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do caput são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela I da Lei referida no art. 1º.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 02 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Uille gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Loriane Leisli Azeredo
Chefe da Casa Civil, em exercício

677/2013

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV									
...									
CURITIBA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final									
FORO JUDICIAL									
1ª Vara de Inquéritos Policiais									
2ª Vara de Inquéritos Policiais									
FORO EXTRAJUDICIAL									

678/2013

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
...									
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
Foro Central de Curitiba	Final		60	94	8	20	64		246
Foro Regional de Almirante Tamandaré	Final			4		1			5
Foro Regional de Araucária	Final			4		1			5
Foro Regional de Bocaiúva do Sul		Reclassificado em Comarca de entrância inicial							
Foro Regional de Campina Grande do Sul	Final			1		1			2
Foro Regional de Campo Largo	Final			4		1			5
Foro Regional de Colombo	Final			7		1			8
Foro Regional de Fazenda Rio Grande	Final			3		1			4
Foro Regional de Pinhais	Final			3		1			4
Foro Regional de Piraquara	Final			4		1			5
Foro Regional de Rio Branco do Sul		Reclassificado em Comarca de entrância intermediária							
Foro Regional de São José dos Pinhais	Final			9		3			12
SUBTOTAL		0	60	133	8	31	64	0	296



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA									
Foro Central de Londrina	Final			27		6	15		48
Foro Regional de Cambé	Final			4		1			5
Foro Regional de Ibiaporã	Final			2					2
Foro Regional de Rolândia	Final			3					3
SUBTOTAL		0	0	36	0	7	15	0	58
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ									
Foro Central de Maringá	Final			19		4	12		35
Foro Regional de Mandaguai	Final			1					1
Foro Regional de Mandaguari	Final			2					2
Foro Regional de Marialva	Final			2					2
Foro Regional de Sarandi	Final			4		1			6
Foro Regional de Nova Esperança	Final			2					2
SUBTOTAL		0	0	30	0	5	12	0	47
Apucarana	Final			6		1	2		8
Arapongas	Final			6		1	2		8
Campo Mourão	Final			6		1	2		8
Cascavel	Final			14		3	6		23
Cianorte	Final			4		1	2		7
Curitiba	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Curitiba								
Foz do Iguaçu	Final			14		3	6		23
Franco Beltrão	Final			5		1	2		8
Guarapuava	Final			8		3	4		15
Londrina	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Londrina								
Maringá	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Maringá								
Paranaguá	Final			7		1	2		10
Paranavaí	Final			6		1	2		8
Pato Branco	Final			4		1	2		7
Ponta Grossa	Final			14		3	6		23
Toledo	Final			7		1	2		10
Umuarama	Final			6		1	2		9
União da Vitória	Final			6		1	2		8
SUBTOTAL		0	0	108	0	23	44	0	175

679/2013

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA								
ENTRÂNCIA FINAL								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba		28	41	8	8	22		107

680/2013

Lei nº 17.474

Data 02 de janeiro de 2013

Súmula: Dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º As funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná passam a ser regidas por esta Lei.

Art. 2º A denominação, classificação, quantidade, valores, requisitos de designação e as atribuições básicas das funções comissionadas passam a ser as constantes desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas de cada função comissionada serão definidas em regulamento.

Art. 3º As funções comissionadas são de livre designação e dispensa, compreendendo as atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

Art. 4º São requisitos para a designação de servidor em função comissionada:

I - correlação fundamental entre as atribuições do cargo efetivo e as da função comissionada, para cujo exercício for designado o servidor;

Inciso acrescentado pela Lei nº 248 de 31/07/2012

XII - Bela Vista da Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampere.

Inciso acrescentado pela Lei nº 434 de 20/12/2012

Art. 289 - Os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jaritiropolis, ambos da Comarca de Medianeira, serão mantidos até a vacância. O que vagar primeiro será extinto, ficando o serviço remanescente transformado no Distrito Judiciário de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 290 - Ficam extintos os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 6.

Art. 291 - Permanecem até a vacância, quando serão extintos, os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 7.

Art. 292 - Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 293 - A competência da execução penal e correção dos presídios será fixada por resolução.

Artigo com redação dada pela Lei nº 17.136 de 02/05/2012 - D.O. 02/05/2012

Resolução nº 70/2012 - Fixa a competência em matéria criminal, execução penal e da correção dos presídios

Redação anterior: Art. 293 - A jurisdição das Varas de Execuções Penais (em sua delimitação territorial) dispôs no anexo VIII.

Art. 294 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara da Infância e da Juventude fica transformada em Escrivia de Adolescentes Infratores, e a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara de Execuções Penais e Correção dos Presídios em Escrivia da Vara da Correção dos Presídios.

Art. 295 - (Revogado pela Lei nº 17.473, de 02/01/2013).

Redação anterior: Art. 295 - Fica criado na Comarca de Foz do Iguaçu o 2º Tabelionato de Protesto de Título.

Art. 296 - Os ocupantes do cargo de Psicólogo da Vara de Execuções e de Penas e Medidas Alternativas, criado por esta Lei, terão seus vencimentos fixados no nível E3.

Art. 297 - Os ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, criados por esta Lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrada final - nível A3; na entrada intermediária - nível A2 e na entrada inicial - nível A1.

Art. 298 - Aos atuais Juizes Substitutos da Seção Judiciária de Guarapuava é assegurado o direito de opção pelas Seções Judiciárias criadas nos dez (10) dias seguintes à vigência deste Código.

Art. 299 - O Agente Delegado, ingressado no concurso na forma do disposto pelo § 3º do art. 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:

Artigo com redação dada pela Lei nº 14.351, de 10/03/2004.

a) a baixa rentabilidade da serventia para a qual recebeu a delegação;

b) que a designação perdure por 2 anos ou mais;

c) a vacância da serventia a ser preenchida.

Redação anterior: Art. 299 - (VETADO).

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO).

Art. 300 - Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

Anexo «Omissis».

ANEXO I - Classificação das comarcas:

Entrâncias final, intermediária e inicial.

ANEXO II - Seções judiciárias:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 - Demais comarcas.



Inciso acrescentado pela Lei nº 248 de 31/07/2012

XII - Bela Vista da Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampere.

Inciso acrescentado pela Lei nº 434 de 20/12/2012

Art. 289 - Os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jaritiropolis, ambos da Comarca de Medianeira, serão mantidos até a vacância. O que vagar primeiro será extinto, ficando o serviço remanescente transformado no Distrito Judiciário de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 290 - Ficam extintos os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 6.

Art. 291 - Permanecem até a vacância, quando serão extintos, os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 7.

Art. 292 - Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 293 - A competência da execução penal e correção dos presídios será fixada por resolução.

Artigo com redação dada pela Lei nº 17.136 de 02/05/2012 - D.O. 02/05/2012

Resolução nº 70/2012 - Fixa a competência em matéria criminal, execução penal e da correção dos presídios

Redação anterior: Art. 293 - A jurisdição das Varas de Execuções Penais (em sua delimitação territorial) dispôs no anexo VIII.

Art. 294 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara da Infância e da Juventude fica transformada em Escrivia de Adolescentes Infratores, e a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara de Execuções Penais e Correção dos Presídios em Escrivia da Vara da Correção dos Presídios.

Art. 295 - (Revogado pela Lei nº 17.473, de 02/01/2013).

Redação anterior: Art. 295 - Fica criado na Comarca de Foz do Iguaçu o 2º Tabelionato de Protesto de Título.

Art. 296 - Os ocupantes do cargo de Psicólogo da Vara de Execuções e de Penas e Medidas Alternativas, criado por esta Lei, terão seus vencimentos fixados no nível E3.

Art. 297 - Os ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, criados por esta Lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrada final - nível A3; na entrada intermediária - nível A2 e na entrada inicial - nível A1.

Art. 298 - Aos atuais Juizes Substitutos da Seção Judiciária de Guarapuava é assegurado o direito de opção pelas Seções Judiciárias criadas nos dez (10) dias seguintes à vigência deste Código.

Art. 299 - O Agente Delegado, ingressado no concurso na forma do disposto pelo § 3º do art. 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:

Artigo com redação dada pela Lei nº 14.351, de 10/03/2004.

a) a baixa rentabilidade da serventia para a qual recebeu a delegação;

b) que a designação perdure por 2 anos ou mais;

c) a vacância da serventia a ser preenchida.

Redação anterior: Art. 299 - (VETADO).

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO).

Art. 300 - Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

Anexo «Omissis».

ANEXO I - Classificação das comarcas:

Entrâncias final, intermediária e inicial.

ANEXO II - Seções judiciárias:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 - Demais comarcas.



Inciso acrescentado pela Lei nº 248 de 31/07/2012

XII - Bela Vista da Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampere.

Inciso acrescentado pela Lei nº 434 de 20/12/2012

Art. 289 - Os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jaritiropolis, ambos da Comarca de Medianeira, serão mantidos até a vacância. O que vagar primeiro será extinto, ficando o serviço remanescente transformado no Distrito Judiciário de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 290 - Ficam extintos os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 6.

Art. 291 - Permanecem até a vacância, quando serão extintos, os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 7.

Art. 292 - Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 293 - A competência da execução penal e correção dos presídios será fixada por resolução.

Artigo com redação dada pela Lei nº 17.136 de 02/05/2012 - D.O. 02/05/2012

Resolução nº 70/2012 - Fixa a competência em matéria criminal, execução penal e da correção dos presídios

Redação anterior: Art. 293 - A jurisdição das Varas de Execuções Penais (em sua delimitação territorial) dispôs no anexo VIII.

Art. 294 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara da Infância e da Juventude fica transformada em Escrivia de Adolescentes Infratores, e a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara de Execuções Penais e Correção dos Presídios em Escrivia da Vara da Correção dos Presídios.

Art. 295 - (Revogado pela Lei nº 17.473, de 02/01/2013).

Redação anterior: Art. 295 - Fica criado na Comarca de Foz do Iguaçu o 2º Tabelionato de Protesto de Título.

Art. 296 - Os ocupantes do cargo de Psicólogo da Vara de Execuções e de Penas e Medidas Alternativas, criado por esta Lei, terão seus vencimentos fixados no nível E3.

Art. 297 - Os ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, criados por esta Lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrada final - nível A3; na entrada intermediária - nível A2 e na entrada inicial - nível A1.

Art. 298 - Aos atuais Juizes Substitutos da Seção Judiciária de Guarapuava é assegurado o direito de opção pelas Seções Judiciárias criadas nos dez (10) dias seguintes à vigência deste Código.

Art. 299 - O Agente Delegado, ingressado no concurso na forma do disposto pelo § 3º do art. 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:

Artigo com redação dada pela Lei nº 14.351, de 10/03/2004.

a) a baixa rentabilidade da serventia para a qual recebeu a delegação;

b) que a designação perdure por 2 anos ou mais;

c) a vacância da serventia a ser preenchida.

Redação anterior: Art. 299 - (VETADO).

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO).

Art. 300 - Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

Anexo «Omissis».

ANEXO I - Classificação das comarcas:

Entrâncias final, intermediária e inicial.

ANEXO II - Seções judiciárias:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 - Demais comarcas.



Inciso acrescentado pela Lei nº 248 de 31/07/2012

XII - Bela Vista da Caroba, da Comarca de Capanema e Pinhal de São Bento, da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para a Comarca de Ampere.

Inciso acrescentado pela Lei nº 434 de 20/12/2012

Art. 289 - Os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jaritiropolis, ambos da Comarca de Medianeira, serão mantidos até a vacância. O que vagar primeiro será extinto, ficando o serviço remanescente transformado no Distrito Judiciário de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 290 - Ficam extintos os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 6.

Art. 291 - Permanecem até a vacância, quando serão extintos, os Distritos Judiciários constantes do anexo IX, tabela 7.

Art. 292 - Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

Art. 293 - A competência da execução penal e correção dos presídios será fixada por resolução.

Artigo com redação dada pela Lei nº 17.136 de 02/05/2012 - D.O. 02/05/2012

Resolução nº 70/2012 - Fixa a competência em matéria criminal, execução penal e da correção dos presídios

Redação anterior: Art. 293 - A jurisdição das Varas de Execuções Penais (em sua delimitação territorial) dispôs no anexo VIII.

Art. 294 - No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara da Infância e da Juventude fica transformada em Escrivia de Adolescentes Infratores, e a Escrivia do 2º Ofício da 1ª Vara de Execuções Penais e Correção dos Presídios em Escrivia da Vara da Correção dos Presídios.

Art. 295 - (Revogado pela Lei nº 17.473, de 02/01/2013).

Redação anterior: Art. 295 - Fica criado na Comarca de Foz do Iguaçu o 2º Tabelionato de Protesto de Título.

Art. 296 - Os ocupantes do cargo de Psicólogo da Vara de Execuções e de Penas e Medidas Alternativas, criado por esta Lei, terão seus vencimentos fixados no nível E3.

Art. 297 - Os ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, criados por esta Lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrada final - nível A3; na entrada intermediária - nível A2 e na entrada inicial - nível A1.

Art. 298 - Aos atuais Juizes Substitutos da Seção Judiciária de Guarapuava é assegurado o direito de opção pelas Seções Judiciárias criadas nos dez (10) dias seguintes à vigência deste Código.

Art. 299 - O Agente Delegado, ingressado no concurso na forma do disposto pelo § 3º do art. 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:

Artigo com redação dada pela Lei nº 14.351, de 10/03/2004.

a) a baixa rentabilidade da serventia para a qual recebeu a delegação;

b) que a designação perdure por 2 anos ou mais;

c) a vacância da serventia a ser preenchida.

Redação anterior: Art. 299 - (VETADO).

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO).

Art. 300 - Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

Anexo «Omissis».

ANEXO I - Classificação das comarcas:

Entrâncias final, intermediária e inicial.

ANEXO II - Seções judiciárias:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 - Demais comarcas.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 27 de novembro de 2013.
Of. nº 1.352/2013-GP

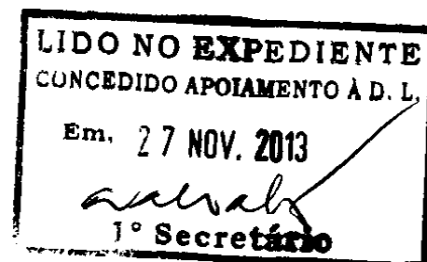
I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 27/11/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de altera o Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 690/2013

Projeto de Lei nº. 690/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera o Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protestos de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu, conforme especifica.

EMENTA: ALTERA A LEI 14.277/2003. EXCLUSÃO DOS TABELIONATOS DE PROTESTO DE TÍTULOS QUE ESPECIFICA. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado tem o objetivo de excluir do anexo IV, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, o 2º Tabelionato de Protestos de Títulos do Foro Regional de Colombo e o 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, conforme segue:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, observando o texto do projeto não importa em aumento de despesas eis que versa apenas sobre a extinção de Tabelionatos que foram criados e não instalados.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

03/12/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 690/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.352/2013, que altera o Anexo IV da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu, conforme especifica.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça, visa corrigir a incongruência que consta do Anexo IV do Código de Organização e Divisão Judiciárias, no qual se inseriu os Tabelionatos acima descritos.

Com relação a Constituição do Estado, os arts. 65, 101, asseguram a iniciativa de matérias dessa natureza ao Tribunal de Justiça.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Insta ressaltar que em relação à questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração do ordenador de despesas, uma vez, que a referida matéria, não implica em aumento de despesas.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

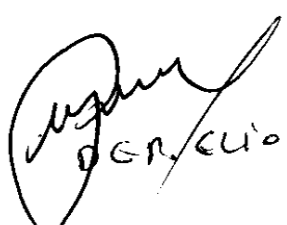
É o parecer.

Sala das Comissões, 09/12/13


FRANCISCO BUHNER
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO


DEPUTADO ROBERTO ACIOLI
RELATOR


DER. WALDYR


DER. CLIO RUSCH


ENO LARRI



PROJETO DE LEI 695/13 PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador

Súmula: Disciplina os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais tributários ao Estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os depósitos judiciais em dinheiro referentes a tributos e seus acessórios, de competência do Estado do Paraná, inclusive os inscritos em dívida ativa, serão efetuados em instituição financeira oficial, mediante utilização de instrumento que identifique sua natureza tributária.

Art. 2º Fica instituído o Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais Tributários, a ser mantido junto a instituição financeira oficial, destinado a garantir a restituição da parcela dos depósitos referidos no artigo 1º desta Lei, repassada ao Estado nos termos desta Lei.

Art. 3º A instituição financeira oficial repassará ao Estado, quinzenalmente, a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) dos depósitos de natureza tributária nela realizados.

Parágrafo único. A parcela dos depósitos não repassada nos termos do *caput* deste artigo integrará o Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais Tributários referido no artigo 2º desta Lei.

Art. 4º A habilitação do Estado ao recebimento das transferências referidas no artigo 3º desta Lei fica condicionada à apresentação perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná de termo de compromisso firmado pelo Secretário de Estado da Fazenda que deverá prever:

I - a manutenção do Fundo de Reserva em instituição financeira oficial;

II - a destinação automática ao Fundo de Reserva da parcela dos depósitos judiciais não repassada ao Estado, nos termos do parágrafo único do artigo 3º desta Lei, condição esta a ser observada a cada transferência recebida na forma do artigo 3º desta Lei;

III - a manutenção, quinzenalmente, no Fundo de Reserva de saldo jamais inferior ao maior dos valores referidos no artigo 5º desta Lei;

IV - a autorização para a movimentação do Fundo de Reserva para os fins do disposto nos artigos 7º e 8º desta Lei;

V - a recomposição do Fundo de Reserva, em até quarenta e oito horas, após comunicação da instituição financeira oficial, sempre que o seu saldo estiver abaixo dos limites estabelecidos no inciso III deste artigo.

Parágrafo único. O Secretário de Estado da Fazenda fará prova da entrega do termo de compromisso a que se refere este artigo junto à instituição financeira oficial escolhida para a realização dos depósitos judiciais tributários, contando-se a partir de então prazo de quarenta e oito horas para que o repasse de 70% (setenta por cento) dos depósitos judiciais tributários já existentes de que trata esta Lei seja realizado pela referida instituição financeira.

Art. 5º O saldo do Fundo de Reserva a que se refere o artigo 2º desta Lei jamais poderá ser inferior ao maior dos seguintes valores:

I - o montante equivalente à parcela dos depósitos judiciais não repassada ao Estado, nos termos do parágrafo único do artigo 3º desta Lei, acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída;

II - a diferença entre a soma dos cinco maiores depósitos efetuados nos termos do artigo 1º desta Lei e a soma das parcelas desses depósitos não repassadas ao Estado, na forma do parágrafo único do artigo 3º desta Lei, ambas acrescidas da remuneração que lhes foi originalmente atribuída.

Art. 6º O Fundo de Reserva terá remuneração de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

Parágrafo único. Compete à instituição financeira oficial gestora do Fundo de Reserva manter escrituração para cada depósito efetuado na forma do artigo 1º desta Lei, discriminando:

I - o valor total do depósito, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída;

II - o valor da parcela do depósito não repassada ao Estado, nos termos do parágrafo único do artigo 3º desta Lei, acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída.

Art. 7º Os recursos repassados ao Estado na forma desta Lei, ressalvados os destinados ao Fundo de Reserva, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento:

I - de precatórios judiciais de qualquer natureza;

II - da dívida fundada do Estado.

Parágrafo único. Se a Lei Orçamentária do Estado prever dotações suficientes para o pagamento da totalidade das despesas referidas nos incisos I e II deste artigo exigíveis no exercício, o valor excedente dos repasses poderá ser utilizado para a realização de despesas de capital.

Art. 8º Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o Estado, ser-lhe-á transferida a parcela do depósito não repassada, que integra o Fundo de Reserva nos termos do parágrafo único do artigo 3º desta Lei, acrescida da remuneração regularmente atribuída aos depósitos judiciais efetuados no âmbito da Justiça Estadual do Paraná.

Parágrafo único. Nesta hipótese, serão transformados em pagamento definitivo, total ou parcial, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo, inclusive seus acessórios, os valores depositados na forma do artigo 1º desta Lei, acrescidos da remuneração que lhes foi originalmente atribuída.

Art. 9º Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o depositante, mediante ordem judicial, o valor do depósito efetuado nos termos desta Lei, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída, será debitado do Fundo de Reserva e colocado à disposição do depositante pela instituição financeira oficial, no prazo de três dias úteis.

§ 1º Ocorrendo insuficiência de saldo do Fundo de Reserva para o débito do montante devido nos termos do *caput* deste artigo, a instituição financeira oficial restituirá ao depositante o valor correspondente até o limite disponível no Fundo.

§ 2º Na hipótese referida no parágrafo anterior, a instituição financeira oficial notificará a autoridade expedidora da ordem de liberação do depósito, informando a composição detalhada dos valores liberados, sua atualização monetária, a parcela efetivamente disponibilizada em favor do depositante e o saldo a ser pago na recomposição prevista no § 1º do artigo 9º desta Lei.

Art. 10. Para efeito de aferição de eventual excesso ou insuficiência, os limites referidos nos incisos I e II do artigo 5º desta Lei deverão ser recalculados quinzenalmente,

considerando os valores ainda em poder do Estado decorrentes de repasses efetuados, acrescidos da remuneração regularmente aplicada aos depósitos judiciais.

§ 1º Verificada eventual insuficiência, a Secretaria da Fazenda deverá recompor o Fundo de Reserva em até quarenta e oito horas após a comunicação da instituição financeira oficial.

§ 2º Verificado eventual excesso, no mesmo prazo estabelecido no parágrafo anterior, deverá a instituição financeira oficial repassar o valor correspondente à conta única do Tesouro do Estado.

§ 3º Não obstante o prazo previsto no *caput* deste artigo, sempre que o saldo do Fundo de Reserva atingir percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor mínimo estabelecido nos termos do artigo 5º desta Lei, a instituição financeira oficial poderá comunicar o fato à Secretaria de Estado da Fazenda, que o recomporá no prazo de vinte e quatro horas.

§ 4º Se o Estado não recompuser o Fundo de Reserva até o saldo mínimo previsto no artigo 5º desta Lei, ficará suspenso o repasse das parcelas referentes a novos depósitos, até a devida regularização do saldo.

Art. 11. As despesas financeiras resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Administração Geral do Estado, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 161/2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013. Em, 02 DEZ. 2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

1º Secretário

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva implementar, no Estado do Paraná, a Lei Ordinária Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

A implementação da referida lei federal visa possibilitar que o repasse ao Estado do Paraná de 70% (setenta por cento) do valor dos depósitos judiciais tributários seja realizado pelas instituições financeiras oficiais para pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza e de dívidas fundadas do Estado.

Os depósitos judiciais de tributos e seus acessórios de competência do Estado do Paraná, inclusive os inscritos em dívida ativa, são comumente realizados pelos contribuintes que desejam discutir a incidência ou o valor daqueles tributos em Juízo, sendo causa de suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, na forma do inciso II do art. 151 do Código Tributário Nacional.

Para garantir que o dinheiro dos depósitos judiciais tributários utilizado pelo Estado do Paraná possa ser restituído aos contribuintes, caso vencedores das ações judiciais, institui-se um Fundo de Reserva, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor daqueles depósitos, a ser mantido na instituição financeira oficial, que o remunerará ou à diferença entre a soma dos cinco maiores depósitos efetuados e a soma das parcelas desses depósitos não repassadas ao Estado, ambas também acrescidas da remuneração que lhes foi originalmente atribuída.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.017.186-9

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 02/12/2013

Presidente





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 695/2013

Projeto de Lei nº 695/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 161/2013

Súmula: Disciplina os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais tributários ao Estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006.

EMENTA: FUNDO ESTADUAL. RESERVA DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS TRIBUTÁRIOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. ART. 66, INC IV, C.E. LEI FEDERAL Nº 11.429/2006. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa disciplinar os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais tributários ao Estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a

VISTA EM 03/12/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Tadeu Jeneri

[Assinatura]
ccj

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que diz respeito à iniciativa da lei ordinária, determina o artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, nos seguintes termos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ademais, no que diz respeito ao assunto, verifica-se a competência legislativa privativa do Governador do Estado, nos termos do artigo 66, inciso IV, da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifo nosso)

Neste sentido, corrobora o artigo 87, inciso III, da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, adiante transcrito:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifo nosso)

Em prosseguimento a análise, cumpre observar que, sobre o assunto, a Lei Federal Nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006, dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, normatizando que, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição da parcela dos depósitos judiciais referentes a tributos e seus acessórios, nos termos do artigo 1º, seguinte:

Art. 1º Os depósitos judiciais em dinheiro referentes a tributos e seus acessórios, de competência dos Estados e do Distrito Federal, inclusive os inscritos em dívida ativa, serão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



efetuados em instituição financeira oficial da União ou do Estado, mediante a utilização de instrumento que identifique sua natureza tributária.

§ 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição da parcela dos depósitos referidos no caput deste artigo que lhes seja repassada nos termos desta Lei.

§ 2º Ao Estado e ao Distrito Federal que instituir o fundo de reserva de que trata o § 1º deste artigo será repassada pela instituição financeira referida no caput deste artigo a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do valor dos depósitos de natureza tributária nela realizados.

§ 3º A parcela dos depósitos não repassada nos termos do § 2º deste artigo será mantida na instituição financeira recebedora, que a remunerará segundo os critérios originalmente atribuídos aos depósitos.

Vale colacionar trecho da justificativa encaminhada, para melhor compreensão do escopo da proposição:

“a implementação da referida lei federal visa possibilitar que o repasse ao Estado do Paraná de 70% (setenta por cento) do valor dos depósitos judiciais tributários seja realizado pelas instituições financeiras oficiais para pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza e de dívidas fundadas do Estado.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Para garantir que o dinheiro dos depósitos judiciais tributários utilizado pelo Estado do Paraná possa ser restituído aos contribuintes, caso vencedores das ações judiciais, institui-se um fundo de reserva, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor daqueles depósitos..."

Assim, a proposta objetiva regulamentar os repasses dos depósitos tributários, na forma da Lei Federal supramencionada.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar N° 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nº 695/2013.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

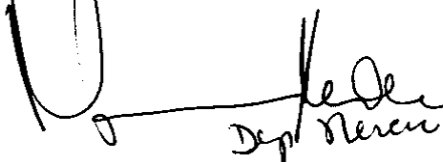

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

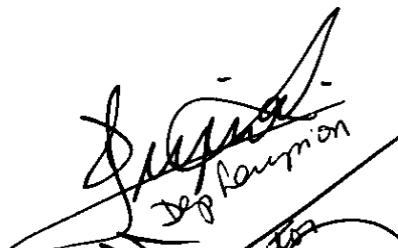
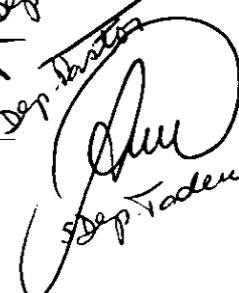
Praça Nossa Senhora da Salete s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.12.13




Dep. Nereu


Dep. Laurimion

Dep. Tadeu



PROJETO DE LEI 702/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Rolândia.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao Município de Rolândia, do imóvel sob Matrícula nº 13.430 do Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia, constituído pela Data nº 02-A, da Quadra nº 71, com 2.150,00 m², naquele Município.

Art. 2º O imóvel em questão fica gravado com cláusula de inalienabilidade e será destinado, exclusivamente, à ampliação da Prefeitura Municipal, retornando ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de utilização diversa.

Art. 3º O Município deverá proceder, no prazo máximo de um ano, a regularização cartorial do referido bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

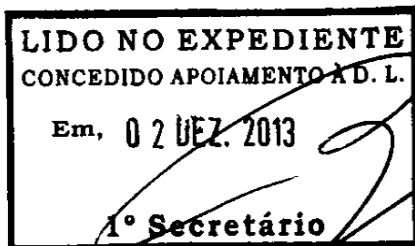
Nº 171 /2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 02/12/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao Município de Rolândia, do imóvel sob Matrícula nº 13.430 do Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia, constituído pela Data nº 02-A, da Quadra nº 71, com 2.150,00 m², naquele Município.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado exclusivamente à ampliação da Prefeitura Municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que o Município deverá efetuar, no prazo máximo de um ano, a regularização cartorial do referido bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.818.317-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:55 02/12/2013 010394 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 702/2013

Projeto de Lei nº 702/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 171/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Rolândia.

EMENTA: REVERSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 171/2013, visa efetuar a reversão ao Município de Rolândia, do imóvel sob Matrícula n.º 13.430 do Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia, constituído pela Data n.º 02-A, da Quadra n.º 71, com 2.150,00 m², naquele Município.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

REGIME DE URGÊNCIA

03/12/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 702/2013

Projeto de Lei nº 702/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 171/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Rolândia.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 702/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 171/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Rolândia, no Estado do Paraná, de área constituída pela DATA nº 02-A, da Quadra nº 71, com 2.150,00 m², naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 13.430 do Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 702/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Rolândia no Estado do Paraná, com a reversão de um imóvel que hoje está em Poderes do Estado, mas que passaria novamente ao comando do Município para fins de utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para obras de ampliação da Prefeitura Municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente a necessidade e os interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 702/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 171/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 702/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Rolândia, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 702/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de dezembro de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


Elton Welter


Adelino Ribeiro


TERUO KATO
Relator


Pastor Edson Praczyk


Tercílio Turini



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 726/13

Súmula: Institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, e dá outras providências.

***A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:***

CAPÍTULO I Da Instituição e Finalidade

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras desta Lei.

§ 1º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e seu prazo de duração será indeterminado.

§ 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná integrará a Administração Pública indireta do Estado do Paraná e vincular-se-á à Secretaria de Estado da Saúde para efeito de supervisão de suas finalidades.

Art. 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar, desenvolvimento, pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná.

§ 1º As ações e os serviços de saúde mencionados no *caput* serão desenvolvidos de maneira sistêmica e integrarão uma rede regionalizada e hierarquizada em nível de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

complexidade crescente do SUS do Estado do Paraná, da qual a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná é parte integrante, devendo observar todos seus princípios e diretrizes, com acompanhamento pelo Conselho Estadual de Saúde.

§ 2º É vedado à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná desenvolver atividades de saúde que exijam poder de autoridade do Estado.

Art. 3º A constituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será lavrada por escritura pública, de acordo com o disposto no Código Civil, e efetivar-se-á com o registro de seus atos constitutivos no competente Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba, e para os efeitos notariais e outros, a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se regerá por seu estatuto social, aprovado em reunião de sua instituição.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 4º O patrimônio da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será constituído pelos bens móveis e imóveis que adquirir, os que lhe forem transferidos ou doados pelo Estado do Paraná, ou por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado e por pessoas físicas.

§ 1º Só será admitida doação à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná de bens livres e desembaraçados.

§ 2º No caso de extinção da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, que somente se dará por lei, todos os seus bens móveis e imóveis, independentemente de sua forma de aquisição, se por doação, compra ou outra forma de transferência da propriedade, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Paraná, devendo o Conselho Curador se reunir, em seção extraordinária, para tratar do inventário desses bens.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 4.172 do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba com as seguintes características: terreno medindo 20 metros de frente para a rua Barão do Rio Branco, por 40 metros de fundos.

§ 4º O imóvel referido no parágrafo anterior, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 5º Constituem receitas da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná:

I – os recursos provenientes do contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado;

II – os recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos celebrados com a Administração Pública e com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, respeitado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo;

III - as doações, legados e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

IV - as resultantes da alienação de bens não essenciais à sua finalidade, autorizada pelo Conselho Curador, observado o disposto no estatuto;

V - as resultantes de aplicações financeiras, na forma da legislação vigente; e

VI - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades, nelas incluídas receitas por prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º As receitas decorrentes das ações de assistência à saúde ou de qualquer outro serviço próprio às suas finalidades estatutárias serão consideradas como receita própria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

§ 2º Os serviços de saúde considerados como de acesso universal e gratuitos serão prestados com exclusividade ao Poder Público, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de gestão os quais serão colocados à disposição da população, ficando vedada à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná assumir compromissos com terceiros que violem os princípios do Sistema Único de Saúde, em especial, os da gratuidade da assistência à saúde do cidadão e igualdade de atendimento, vedado qualquer tipo de segmentação do atendimento, ressalvada a exceção prevista no § 3º deste artigo.

§ 3º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá firmar contrato de gestão com o Governo do Estado, para atendimento específico dos integrantes da carreira da Polícia Militar do Paraná e seus dependentes, na forma do art. 2º da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2005, observada a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.



CAPÍTULO III

Da Direção e Administração

Art. 6º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá os seguintes órgãos de direção superior e de administração, respectivamente:

I - Conselho Curador;

II - Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná contará, também, com um setor de controle interno, cuja atuação será prevista em seu estatuto.

Art. 7º O Conselho Curador é o órgão superior de direção, controle e fiscalização e constituir-se-á por sete membros titulares, sendo:

I – o Secretário de Estado da Saúde, como membro nato;

II – dois membros indicados pelo Governador;

III – dois membros indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;

IV – dois membros representantes dos usuários do SUS, indicados pelo Conselho Estadual de Saúde, que não sejam membros do mesmo.

§ 1º O Conselho Curador será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O prazo de investidura dos Conselheiros é de dois anos, facultada a recondução.

§ 3º A cada membro titular corresponderá um suplente indicado pelo mesmo processo previsto no caput deste artigo.

§ 4º O membro do Conselho Curador que perder a condição que ensejou a sua nomeação para o Conselho perderá o seu mandato imediatamente, devendo ser nomeado, na forma desta Lei e do estatuto, novo membro para completar o mandato.

§ 5º É obrigatória a participação da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, a não ser quando não houver convocação.

§ 6º Os membros do Conselho Curador exercerão suas atribuições de forma não remunerada.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 7º Em casos de falecimento, renúncia, destituição ou incompatibilidade de um membro titular, o Conselho Curador empossará o suplente, e solicitará a substituição, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 8º O Conselho Curador contará com uma assessoria para auxiliar nas atividades de fiscalização contábil e financeira, e jurídica da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, emitindo análises e pareceres para o Conselho Curador.

Parágrafo único. Os membros assessores deverão possuir capacidade e notório conhecimento da área jurídica, econômico-financeira ou contábil, e suas funções são consideradas de confiança do Conselho Curador, podendo, ainda, serem contratados profissionais por prazo determinado.

Art. 9º A Diretoria Executiva, órgão de direção subordinada ao Conselho Curador e administração superior da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, é constituída dos seguintes membros:

I – um Diretor-Presidente;

II – um Diretor Administrativo;

III – um Diretor Financeiro;

IV – um Diretor Técnico;

V – um Diretor Jurídico.

§ 1º O Diretor-Presidente será nomeado pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º Os demais Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e aprovados pelo Secretário de Estado da Saúde dentre profissionais de notório conhecimento e experiência na área de atuação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

§ 3º A Diretoria Executiva será de livre admissão e demissão pelas respectivas autoridades que os nomearem.

§ 4º A Diretoria Executiva contará com assessores e assistentes de livre admissão e demissão.

§ 5º A Diretoria Executiva será responsável pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o estatuto da Fundação Estatal de Atenção em

Saúde do Estado do Paraná, com o contrato de gestão e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho Curador.

§ 6º A manutenção de qualquer membro da Diretoria Executiva fica vinculada, obrigatória e comprovadamente, à avaliação de seu desempenho, frente à gestão da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, principalmente no tocante ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas previstas nos contratos de gestão, conforme previsto no estatuto e em atos do Conselho Curador.

§ 7º O Diretor-Presidente definirá dentre os membros da Diretoria Executiva quem o substituirá em suas faltas e impedimentos.

§ 8º O Diretor-Presidente integrará o Conselho Curador como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta condição, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 10. O Diretor-Presidente representará a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, em juízo ou fora dela, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários ou delegar competência, permitindo, se for o caso, a sub-delegação às autoridades subordinadas.

Art. 11. O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná disporá sobre sua estrutura, competências dos seus órgãos, as atribuições dos seus dirigentes, substituição dos membros, a periodicidade das reuniões do Conselho Curador e demais aspectos organizacionais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

Art. 12. O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será aprovado pelo Conselho Curador devendo as alterações ser registradas no cartório competente, não sendo objeto de alteração as finalidades da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV **Do Regime de Emprego e do Pessoal**

Art. 13. O regime jurídico de pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal do quadro permanente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná far-se-á por meio de concurso público.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º O quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho Curador definirá a estrutura de empregos e funções, os requisitos de admissão, a remuneração, a organização das carreiras, segundo a formação profissional ou as atribuições funcionais.

§ 3º A rescisão do contrato de trabalho do pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá ocorrer por ato unilateral, em qualquer hipótese motivado, garantido o contraditório.

§ 4º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná organizará o seu quadro de pessoal e seu plano de carreira de acordo com a política interna de desenvolvimento de pessoal.

§ 5º O Conselho Curador decidirá sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira e definirá a política de avaliação e desenvolvimento dos empregados.

§ 6º O concurso público será realizado para preenchimento de postos de trabalho do quadro de pessoal, sempre de acordo com as disponibilidades financeiras e as vagas definidas pelo Conselho Curador.

Art. 14. Os atos do Conselho Curador que gerarem aumentos da despesa de pessoal deverão estar indicados previamente no orçamento anual da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e considerados no Contrato de Gestão.

CAPÍTULO V

Do Contrato de Gestão

Art. 15. O contrato de gestão será firmado entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado, com a finalidade de definir as metas plurianuais e anuais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, observado o disposto no § 1º do art. 2º desta Lei.

Art. 16. O Contrato de Gestão deverá definir as atribuições, responsabilidades, obrigações, inclusive as orçamentárias e financeiras tanto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná bem como os encargos do Governo do Estado e deverá conter, dentre outras, cláusulas que disponham sobre:

I - atendimento igualitário e equânime aos cidadãos, de forma sempre gratuita;

II - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

III - obrigatoriedade de apresentação à Secretaria de Estado da Saúde de relatórios anuais de demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do contrato de gestão;

IV - obrigatoriedade de especificar o plano operativo anual proposto pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, estipular as metas a serem atingidas, os respectivos prazos de execução, bem como os critérios de avaliação de desempenho, mediante indicadores de excelência dos serviços e produtividade, dentre outros;

V - estimativa dos recursos e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários à execução dos serviços pactuados, observando o cumprimento das metas durante a vigência do contrato;

VI - penalidades aplicáveis aos contratados, em caso de descumprimento injustificado de metas e obrigações pactuadas;

VII - prestação de serviços assistenciais, que deverá observar o ordenamento do acesso pelo sistema de regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo às necessidades de saúde;

VIII - condições para revisão, renovação e prorrogação do contrato de gestão.

Art. 17. O contrato de gestão terá vigência de, no máximo, cinco anos, podendo ser renovado após esse período, observado o art. 15 desta Lei.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Saúde avaliará trimestralmente o cumprimento das metas do contrato de gestão e realizará permanente monitoramento da execução do contrato.

Art. 19. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná apresentará à Secretaria de Estado da Saúde, ao término de cada exercício financeiro, relatório pertinente à execução do contrato, que deverá ser encaminhado ao Conselho Estado da Saúde, cabendo à Secretaria de Estado da Saúde emitir relatórios de avaliação do cumprimento das metas acordadas.

Art. 20. Caberá à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná promover a ampla divulgação, por meios físicos e eletrônicos, dos relatórios sobre a execução dos contratos de gestão, contemplando os demonstrativos orçamentários e financeiros, bem como dos pareceres das instâncias da Secretaria de Estado da Saúde competentes pelo acompanhamento e avaliação, devendo ser encaminhado cópia ao Conselho Estado de Saúde.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização e do Controle

Art. 21. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se sujeitará às normas de fiscalização e controle previstos em seu estatuto e à supervisão da Secretaria de Estado da Saúde, para efeito de cumprimento de seus objetivos estatutários, harmonização de sua atuação com a política estadual de saúde e obtenção de eficiência administrativa.

Art. 22. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado de Saúde deverá submeter suas contas relativas a cada exercício fiscal à apreciação dos órgãos de controle interno do Governo de Estado, ao Conselho Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VII

Das Responsabilidades dos Dirigentes

Art. 23. Constitui responsabilidade dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva o fiel cumprimento das cláusulas do contrato de gestão, especialmente no que se refere ao plano operativo.

§ 1º O descumprimento total ou parcial das cláusulas, objetivos e responsabilidades dos dirigentes estabelecidas no contrato, assim como a reiterada insuficiência de desempenho da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná motivará a demissão dos membros da Direção Executiva, conforme disposto no estatuto.

§ 2º Os membros do Conselho Curador, nos casos em que houver indícios de descumprimento total ou parcial das metas e obrigações pactuadas no contrato de gestão ou de insuficiência de desempenho da entidade, deverão levar o assunto à consideração da Secretaria Estado da Saúde para adoção ou indicação das medidas administrativas cabíveis previstas nesta Lei, no estatuto e no contrato de gestão.

Art. 24. Os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva respondem administrativa e civilmente pelos prejuízos que causarem à entidade, quando procederem:

- I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; e
- II - com violação da lei, do estatuto e do contrato de gestão.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 1º Os dirigentes não são responsáveis por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles forem coniventes, se negligenciarem na fiscalização ou se, de tais atos tendo conhecimento, deixarem de agir para impedir a sua prática.

§ 2º Exime-se de responsabilidade o dirigente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Curador ou da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VIII

Das Compras e dos Contratos

Art. 25. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná estará sujeita às normas gerais estabelecidas para as licitações e contratos, podendo elaborar regulamento próprio nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que deverá ser aprovado pelo Conselho Curador e publicado na imprensa oficial.

CAPÍTULO IX

Ensino, Pesquisa e Avaliação de Tecnologias

Art. 26. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e avaliação de tecnologias de saúde, podendo captar recursos financeiros para fomento e desenvolvimento de pesquisas e da educação permanente em saúde junto ao Poder Público e à iniciativa privada, mediante aprovação do Conselho Curador.

CAPÍTULO X

Disposições Gerais

Art. 27. Os serviços de saúde prestados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde que passarem a ser executados pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverão ser transferidos mediante contrato de gestão autorizados pelo Governador do Estado.

§ 1º Os servidores estatutários da Administração direta, autarquias e fundações de direito público do Estado do Paraná que estiverem lotados nos serviços transferidos poderão ser formalmente colocados em disposição funcional para a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS-PR, com manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º O afastamento na forma do § 1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

Art. 28. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá solicitar a disposição funcional de servidores ou a cessão de empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, quaisquer que sejam as atividades a serem exercidas.

§ 1º Os servidores estatutários do Estado da Administração direta, autarquias e fundações de direito público que vierem a ser colocados em disposição funcional para a Fundação, conforme *caput* deste artigo, farão jus à manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.

§ 2º O afastamento na forma do § 1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

Art. 29. Na hipótese do § 1º do art. 28 desta Lei, o afastamento do servidor poderá ser efetivado com ônus para a origem, ou com ônus para a origem mediante ressarcimento.

Art. 30. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá designar para funções de direção, chefia e assessoramento o servidor ou empregado público a ela cedido.

Parágrafo único. A contraprestação pecuniária decorrente do exercício da função a que se refere o *caput* deste artigo não se incorporará à remuneração de origem do servidor ou empregado público para qualquer efeito, nem produzirá efeitos de incorporação em proventos ou pensões.

Art. 31. Enquanto não for firmado o primeiro contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Saúde, fica o Poder Executivo autorizado a definir dotação orçamentária para o custeio de suas despesas mensais, mediante plano de aplicação, não caracterizando essa exceção relação de dependência orçamentária da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná em relação ao Estado.

Parágrafo único. Fica estipulado o prazo máximo de cento e oitenta dias para a celebração do primeiro contrato de gestão.

Art. 32. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde de Estado do Paraná não é dependente do orçamento estadual, devendo aprovar seu próprio orçamento, de acordo com os contratos que firmar, em especial, com a Secretaria de Estado da Saúde.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. A Administração deverá tomar as medidas orçamentárias necessárias para as condições e obrigações assumidas nos contratos de gestão firmados com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná.

Art. 33. A contabilidade da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná submete-se às regras estabelecidas para as empresas estatais, no que couber.

Art. 34. A instalação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o início do exercício de suas competências dar-se-ão a partir do registro no Cartório competente da escritura pública de sua constituição.

Parágrafo único. O Secretário de Estado da Saúde adotará as medidas necessárias para a instituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, no prazo máximo de cento e vinte dias.

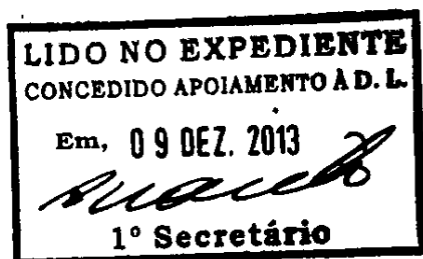
Art. 35. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverá observar, no que couber, as disposições do Título VIII da Lei Estadual nº 8 485, de 03 de junho de 1987.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 05 de dezembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 09/12/13

Presidente



MENSAGEM
Nº 185/2013

Curitiba, em 05 de dezembro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicas, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras que especifica.

O Município de Curitiba, por meio da Lei nº 13.663, de 21 de dezembro de 2010, instituiu a Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba (FEAES-CURITIBA) para desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial especializado, hospitalar, serviço de apoio diagnóstico, ensino e pesquisa, educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A mencionada fundação nasceu de proposta de implantação de um modelo de gestão de saúde por meio de mecanismos legais que permitissem maior autonomia, por consequência maior resolutividade, mas sem afastar do controle da Administração Pública sobre serviços essenciais e de relevância como a saúde.

A FEAES-CURITIBA encontra-se em plena atividade com resultados positivos e razoáveis em vista de suas finalidades. Exemplo é a gestão do Hospital do Idoso Zilda Arns, onde em um modelo de gestão compartilhada por meio de Contrato de Gestão viabilizou a contratação de profissionais médicos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho por meio de teste seletivo público, bem como tem auxiliado a suprir demanda nas UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e no SAMU.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.12.163.852-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Quanto a aceitação do modelo por instituições públicas de controle alheias ao Poder Executivo vale citar o posicionamento do Ministério Público do Estado do Paraná, quando instado a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 005.00179.2010 que culminou na Lei nº 13.663/2012 do município de Curitiba, editou a Recomendação nº 5/10 - PROSAU-PR em que alertou o Legislativo Municipal quanto a participação do controle social opinando pela inconveniência na participação do Conselho Municipal de Saúde no Conselho Curador da Fundação por entender que a proposta fere a independência política e autonomia técnica dos membros do conselho. A recomendação foi atendida por meio de Emenda Substitutiva. Não houve, quanto ao mérito do projeto de lei, manifestação desfavorável pelo Ministério Público do Estado do Paraná. Fato é que o modelo está em pleno funcionamento sem notícia de impugnação quanto a sua constituição e funcionamento.

O precedente legal introduzido pelo Município de Curitiba aponta ser um paradigma razoável a balizar uma proposta de instituição nestes moldes para o âmbito da gestão pública estadual de saúde, especialmente frente a crescente demanda de serviços públicos de saúde, que diante da sua essencialidade e relevância pública, clama sempre por maior resolutividade. Tal pode ser alcançada por meio de um modelo amparado em uma entidade que integra o quadro da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime próprio das entidades sem fins lucrativos de beneficência social (as filantrópicas) quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

09/12/2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 10 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nº 695/13, 726/13 e ~~727/13~~ PLC 22/13 com diminuição de interstício entre as sessões.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 10 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nº 695/13, 726/13 e ~~727/13~~, com diminuição de interstício entre as sessões.

PLC 22/13

Sala das Sessões em, 09 de dezembro de 2013.

16:02 09/12/2013 010696 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Assinaturas dos Deputados: (1) B. Douglas, (2) J. B. de Azevedo, (3) J. B. de Azevedo, (4) J. B. de Azevedo, (5) J. B. de Azevedo, (6) J. B. de Azevedo, (7) J. B. de Azevedo, (8) J. B. de Azevedo, (9) J. B. de Azevedo, (10) J. B. de Azevedo, (11) J. B. de Azevedo, (12) J. B. de Azevedo, (13) J. B. de Azevedo, (14) J. B. de Azevedo, (15) J. B. de Azevedo, (16) J. B. de Azevedo, (17) J. B. de Azevedo, (18) J. B. de Azevedo.